

GT TERMINA DISCUSSÕES SEM QUE FUNDASP APRESENTE PROPOSTA PARA CONTRATO

Terminaram na segunda-feira, 13/10, as reuniões do Grupo de Trabalho (GT), nomeado pela Fundação São Paulo para estudar novas modalidades de contrato docente. Contrariando as expectativas, o secretário-geral da Fundasp, padre Rodolpho Perazzolo, não apresentou uma proposta para o tema. Segundo o secretário, a proposta para novo contrato deverá ser encaminhada para os órgãos colegiados pela Fundasp por intermédio da reitoria para que seja votada, mas o Secretário Executivo declarou que não existe ainda um prazo definido para que isto aconteça.

Os cinco diretores de faculdade nomeados para o GT durante estes meses reuniram-se por diversas vezes e, na segunda-feira, apresentaram suas sugestões finais para uma possível reformulação da carreira docente.

O professor Francisco Serralvo leu um documento onde os diretores propunham um Regulamento Próprio para a carreira docente, envolvendo todos os aspectos que norteiam o desempenho acadêmico. A proposta considera "docentes da universidade todo profissional que exerça atividade curricular (regência de disciplina, pesquisa, tutoria ou preceptoria) com vínculo permanente ou temporário". Estes profissionais estariam

divididos em quadro de carreira (80% dos docentes) e quadro adjunto (20%).

NOVO QUADRO DE CARREIRA

O quadro de carreira seria composto por professores portadores de título de doutor para Assistente I; Assistente II; Assistente III, e portadores de livre docência para Titular; Associado I; Associado II. No Quadro Adjunto se enquadrariam os mestres e auxiliares de ensino.

Já o chamado quadro adjunto envolveria "docentes com vínculo na universidade e não integrante do quadro de carreira, além dos docentes visitantes e docentes convidados (sem vínculo ou com vínculo temporário), probatórios, tutores e preceptores (ambos podendo ser com ou sem vínculo)". A titulação mínima para um profissional exercer a docência na universidade é a de mestre e os tutores e preceptores terão exigência de titulação mínima de especialistas.

Os assistentes mestres deixariam de existir, docentes nessa situação teriam três anos para obter o título de doutor em sua área de atuação ou área correlata. Os auxiliares de ensino também deixariam de existir e o docente terá a opção de solici-

tar o enquadramento na Carreira Docente (com título de doutor) ou Carreira Adjunta (com pelo menos o título de mestre). Docentes sem titulação mínima de mestre terão três anos para obter o título em sua área de atuação ou área correlata.

Segundo o texto os docentes que estiverem já enquadrados na categoria de Assistente Doutor, passarão no novo enquadramento da carreira para Assistente I (sem necessidade de avaliação ou concurso); já os associados serão aqueles que estiverem enquadrados nesse nível na atual carreira docente da universidade e não possuírem a Livre Docência, nesse caso terão o prazo máximo de cinco anos para obtê-la; os Titulares serão aqueles docentes que estiverem enquadrados nesse nível na atual carreira docente da universidade e não possuírem a Livre Docência, terão o prazo máximo de cinco anos. Os titulares deverão obrigatoriamente manter contrato na modalidade ensino e pesquisa na universidade.

MAXIMIZAÇÃO E REPESAMENTO

A proposta apresentada pelos diretores de faculdade tem como horizonte uma universidade ideal, que ofereça condições dignas de tra-

balho aos docentes, bem diferente do que encontramos hoje. Com uma carga de trabalho maximizada, onde cada docente tem que se expor a trabalhar nos limites do permitido pelo MEC ou, no caso dos professores de pós-graduação, tendo de aceitar um número de orientandos acima do permitido pela Capes, tornam-se irreais os níveis de exigência implícitos na proposta.

Também é pouco verossímil que um docente busque a titulação sabendo que não existe a mínima perspectiva de que ele ascenda à carreira em virtude das condições econômicas da universidade que mantêm os docentes em suas categorias de origem, mesmo que eles avancem para um mestrado ou doutorado.

Por isso, em sua condição de observadora, a APROPUC sempre encaminhou o debate segundo o entendimento de que um novo contrato de trabalho docente ou seu enquadramento na carreira só poderia ser viabilizado mediante a elevação de suas condições de ensino, pesquisa e salários.

Sem estes pressupostos continuaremos a ter remendos em nossos estatutos e regimentos que, antes de elevar a excelência da instituição, tenderiam a orientá-la para o lado mercantil do processo educacional.

Fundasp deposita em juízo os valores do abono da PLR

A Fundação São Paulo comunicou em nota de 14/10, que decidiu depositar em juízo os valores referentes ao abono salarial especial conforme determina a cláusula 14 da Convenção Coletiva de Trabalho 2013-2014 (Sinpro-SP) e a Convenção do Saaesp, referente à Participação nos Lucros e Resultados, que toda empresa de ensino deve pagar a seus funcionários.

A medida frustra as expectativas de funcionários e docentes que, com seus salários já arrojados, contavam com os valores da

PLR, previstos pelas convenções dos sindicatos docentes e administrativos.

O secretário-geral da Fundasp, padre Rodolpho Perazzolo, reuniu-se com os presidentes da APRO-PUC e da AFAPUC para informar que, embora reconhecendo a legitimidade do abono reivindicado por professores e funcionários, a Fundasp teme que, por força de lei, uma entidade sem fins lucrativos como a PUC-SP, poderá perder o seu caráter de filantropia, o que acarretaria o encerramento das atividades da

universidade. Por isso, a Fundação tomou a decisão de depositar os valores referentes ao abono da PLR (24% sobre o salário bruto de cada trabalhador) em juízo, aguardando o resultado de consultas efetuadas junto à Receita Federal e à Justiça do Trabalho, para saber se poderá efetuar o pagamento sem o comprometimento do caráter filantrópico da entidade.

POSIÇÃO DO SINPRO-SP

Em seu site, o Sindica-

to dos Professores do Estado de São Paulo divulgou uma série de esclarecimentos sobre o pagamento da PLR ou de seu abono. No tocante à dúvida sobre o pagamento a ser feito por entidades filantrópicas ou confessionais, o site esclarece: "Instituições de ensino religiosas, filantrópicas ou sem fins lucrativos também estão obrigadas a pagar a PLR? Resposta: A Mantenedora que acredita ter restrições para distribuir resultados a seus professores deve pagar o abono especial, também de 24%".

Violência é tema da Semana de Jornalismo

A violência sob os seus mais diferentes aspectos é o tema da 36ª Semana de Jornalismo da PUC-SP.

O evento acontece entre os dias 20 e 24/10, na sala 239, e é uma realização dos estudantes e do Departamento de Jornalismo. Abaixo publicamos os principais debates da programação:

20/10 <i>Segunda-feira</i>	9h	Cobertura de Conflitos Armados Patricia Campos Mello.
	19h	Conflitos regionais e a desordem mundial André Roberto Martin e Arturo Hartmann.
21/10 <i>Terça-feira</i>	9h	Crime organizado no Brasil José Carlos Blat, Iuri Salles e Caio Zinet.
	19h	O que é terrorismo Reginaldo Nasser e Salem Nasser.
22/10 <i>Quarta-feira</i>	9h	Disputa pela terra, questão agrária e indígena Cristiano Navarro, Maurício Hashizume, Marcos Tupã e Igor Felipe.
	19h	Oficina de Mdiativismo Rodrigo Zaim, Revista Vaidapé, Guerrilha, 12 PM Photographic.
23/10 <i>Quinta-feira</i>	9h	Impactos de um jornalismo violento Marcia Tondato, Dirk Belau, Vitor Blotta, Maria Angélica Ferreira Dias.
	19h	Cine debate com exibição do documentário "Junho". Repr. do Coletivo Fotógrafos Ativistas, Repr. dos Advogados Ativistas, Murilo Magalhães.
24/10 <i>Sexta-feira</i>	9h	Violência Policial Bruno Paes Manso, Laura Capriglione, Marcelo Freixo.
	20h	Festa de encerramento no Bosque.



Revista Cultura Crítica analisa a resistência artística à ditadura

A revista Cultura Crítica 16 da APROPUC prossegue o debate, iniciado pela revista PUCviva sobre o período da ditadura militar no Brasil. A publicação cultural da entidade dos professores da PUC-SP debruça-se sobre as formas de resistência artística ao regime de 1964.

No editorial da publicação o professor João Batista Teixeira, presidente da APROPUC e editor-geral da revista enfatiza que: "Apesar da forte situação repressiva, a resistência ao regime militar e a luta pela democracia deram-se nas mais variadas formas. A resistência artística foi uma delas. Vários nomes que hoje são referência no âmbito das artes (cinema, literatura, música, teatro, artes plásticas) despontaram nos anos de chumbo, como uma resposta da contracul-

tura à censura, à violência, à tortura e aos assassinatos perpetrados pelos governos. A despeito da censura oficial, muitos opositores ao regime se valeram das letras para expressar sua oposição, ainda que metaforicamente".

A música teve um papel destacado entre as formas de resistência artísticas e, na revista Cultura Crítica, três artigos procuram retomar essa luta: "A canção Tropicalista, de Caetano Veloso e seu momento histórico", estudo do mestre em História da Arte Moderna e Contemporânea pela Leiden Universiteit (Países Baixos), Wallace Rodrigues, procura analisar a situação política e cultural durante o período do Tropicalismo e buscar as categorias trabalhadas pelos músicos-intelectuais brasileiros na época do Movimento; já

Carina Gotardelo Ferro da Costa, aluna de Educação Artística na Universidade São Judas Tadeu, mergulha na obra de Chico Buarque de Holanda, um dos símbolos da resistência musical à ditadura; o professor da PUC-SP, Valdir Mengardo faz um balanço dos diversos movimentos musicais que atravessaram os 21 anos do regime militar.

O teatro é visto por três autores: a professora do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia, Rosângela Patriota, revê o teatro como espaço de construção da resistência democrática frente à ditadura militar no Brasil e o espaço cênico do diretor e ator Fernando Peixoto (1937-2012); a Primeira Feira Paulista de Opinião a última frente artística antes do AI-5, é o estudo apresentado por

Eduardo Luis Campos da Silva, jornalista e mestre em Estudos Linguísticos e Literários em Inglês pela FFLCH-USP e uma abordagem geral do teatro e a ditadura militar brasileira nos é apresentada por Maria Silva Betti, professora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.

Finalmente o cinema é retratado nas páginas da revista com o artigo O cinema brasileiro face à censura imposta pelo regime militar o Brasil - 1964-1988, apresentado por Leonor Souza Pinto, Doutora em Cinema pela Universidade de Toulouse (França).

A revista Cultura Crítica, que começa a ser distribuída nesta semana entre os associados da APROPUC, tem o seu debate de lançamento marcado para quinta-feira, 30/10, às 19h30, na sala 100.

A PUC tem jeito?

A saída é sair?

Jonnefer Barbosa

Convidam-nos a lançar algumas reflexões sob o mote: "A puc tem jeito?". Em uma década de transformações radicais na estrutura da universidade, iniciadas no ano de 2005 mas com implementações e desdobramentos que chegam a 2014, respostas legítimas a tal questão só poderiam surgir de um debate amplo de toda comunidade universitária, tendo como pano de fundo uma discussão séria sobre o próprio conceito de universidade no contexto brasileiro e mundial: qual é o sentido, a razão de ser, de uma universidade? Ousamos, na medida em que este verbo ainda seja aplicável ao contexto puquiano (ousar é possível?), lançar algumas problematizações, provisórias e condicionais, sobre alguns impasses no debate sobre o contrato de trabalho e condições acadêmicas:

- A existência de uma manifesta desigualdade entre contratos docentes, desnível que não se respalda em critérios acadêmicos e que interfere de forma drástica no cotidiano da universidade. Segundo dados trazidos pelo Grupo de Trabalho sobre o Contrato Docente, a PUC-SP possui 427 professores auxiliares de ensino, incluindo neste número 126 doutores, 6 pós-doutores e 3 livre-docentes. Professores auxiliares de ensino, mesmo quando ultrapassado o período de estágio probatório de 3 anos, são considerados docentes do quadro provisório, com um

salário inferior ao de assistente mestre (o primeiro grau na carreira). O grupo de auxiliares de ensino contempla todos os novos professores da universidade, alguns com atuação em cargos administrativos e pós-graduação "stricto sensu". Se analisados dados da última década, estes docentes apresentam dedicação ao ensino e pesquisa não raro equivalente ou superior à encontrada entre alguns docentes pertencentes ao grupo de professores titulares. Manter tal disparidade salarial e de condições

doria aos docentes que contribuíram décadas de suas vidas à instituição, forçando a que muitos colegas permaneçam com seus contratos de trabalho, mesmo após os 75 anos de idade. Deixariam de seus salários a fim de receber apenas a aposentadoria do INSS.

- A mantenedora da PUC-SP deu um passo importante na criação de uma ouvidoria interna. É preciso, contudo, a implementação de processos de transparência exigindo que a Fundação SP, como mantenedora de uma universi-

e poder dos órgãos estritamente acadêmicos em questões de administração acadêmica.

- A burocratização excessiva dos procedimentos, os critérios puramente contábeis para a formação de novas turmas, a distinção entre cursos considerados "deficitários" e "superavitários", a completa ausência de democracia na composição do Consad (que está longe atender à proporcionalidade representativa de toda a universidade), são questões que extravasam a esfera puramente administrativa e passam a afetar a vida acadêmica da PUC-SP como um todo.

Restam outras questões urgentes que um breve diagnóstico de impasses não consegue tratar: o financiamento da universidade, o fortalecimento das licenciaturas, a política de ingresso discente e as bolsas, o valor das mensalidades, etc. Pautas que sinalizam discussões e ações para além do imediato, das exceções que se tornam, na PUC-SP, normalidades pretensamente incontestáveis.

Jonnefer Barbosa é doutor em Filosofia e professor auxiliar de ensino da PUC-SP.

Nesta seção estaremos publicando contribuições de professores, estudantes e funcionários que apresentem ideias para um projeto novo de universidade, que supere a atual crise da PUC-SP. As contribuições podem ser enviadas ao PUCviva em textos com até 5000 caracteres com espaço

(Constatamos hoje) A existência de uma manifesta desigualdade entre contratos docentes, desnível que não se respalda em critérios acadêmicos e que interfere de forma drástica no cotidiano da universidade.

de trabalho, além de implicar futuros prejuízos à universidade na esfera trabalhista (dado que tal situação é ilegal), representará uma inevitável fuga destes professores para outras instituições, bloqueando, a médio e a longo prazo, a necessária revitalização e alternância do corpo docente da universidade. Manter a disparidade como regra será manter o fratricídio como política acadêmica. Ainda falta à PUC-SP, neste sentido, clareza, abrangência e paridade na definição de seu plano de carreira.

- A PUC-SP carece de uma política de aposenta-

dade comunitária que também recebe verbas públicas, apresente periodicamente suas contas, dado que a "manutenção da mantenedora" também passa a ser uma questão de "sustentabilidade", preocupação da comunidade universitária como um todo. Um dos entraves para a discussão dos limites e possibilidades da PUC-SP é a falta de transparência financeira.

- Setores importantes da Universidade, como a SAE, estão subordinados unicamente à Fundação SP. É imprescindível, para qualquer debate sobre a solução dos impasses da PUC-SP, recuperar a autonomia

GAUCHE NA VIDA

Além do duelo Dilma-Aécio

Processo eleitoral reforça a urgência de nova articulação política capaz de avançar as lutas por melhoria das condições de vida, contra as desigualdades e por conquistas reais de direitos políticos e sociais.

Hamilton Octavio de Souza

Após o descarte da súbita candidatura de Marina, o processo eleitoral de 2014 caminha agora em terreno mais seguro para o capital, em especial para os grupos dominantes que convivem muito bem tanto com os governos do PSDB quanto com os governos do PT. Com Dilma e Aécio não existe mais o risco de qualquer surpresa, já que a limitada e controlada democracia brasileira retorna ao padrão de estabilidade dos últimos pleitos, pelo menos desde 1994. Tanto é que ambos são fortemente financiados por empreiteiras, bancos e grandes empresas subsidiadas pelo BNDES.

As avaliações do primeiro turno continuam alimentando a imprensa, os meios políticos e acadêmicos. Predomina, no geral, a percepção de que ocorreu um avanço conservador nas eleições proporcionais para deputados estaduais e federais, e na maioria do Senado, não apenas devido ao aumento de parlamentares dos partidos de centro e de direita, mas porque em geral defendem posições contrárias às demandas dos movimentos sociais populares. As bancadas evangélica, ruralista, da bala (policiais e militares) e dos inúmeros lobbies de grupos empresariais privados praticamente imobilizam o Congresso Nacional e as assembleias estaduais.

Não é para menos: na campanha eleitoral do primeiro turno a propaganda dos candidatos majoritários e proporcionais girou em torno da segurança pública (leia-se mais repressão em cima dos negros, pobres e manifestantes em geral) e da crítica às pautas dos movimentos LGBT, pela legalização do aborto e pela descriminalização da maconha.

Com raríssimas exceções de partidos como o PSOL, PCB, PSTU e PCO, todos os demais partidos se empenharam no discurso conservador, da mudança dentro da ordem vigente, o que combina com a postura editorial da mídia hegemônica e com a formação da opinião pública nos mais diferentes ambientes institucionais.

Agora no segundo turno veremos assistir ao videotape das campanhas de 2006 e 2010, com a mais brutal troca de acusações, as comparações exageradas e mentirosas das obras de cada um, os apelos emocionais típicos de religiões fundamentalistas nas sessões de exorcismo e de torcidas organizadas nos estádios de futebol. Essa disputa acirrada levada ao extremo de decisão entre vida e morte acaba por encobrir o que realmente está em jogo, qual é a verdadeira conjuntura política e econômica e o que existe de alternativa ao contínuo embate entre as classes trabalhadoras e as forças do capital.

É preciso deixar de lado as picuinhas trocadas pelas candidaturas, as artimanhas dos marqueteiros e os discursos rasteiros dos militantes e fanáticos de plantão, e fazer uma leitura mais cuidadosa e aprofundada sobre o que teremos no dia 26 de outubro e o que precisaremos ter para as batalhas que se apresentam no horizonte imediato. Não se trata de tangenciar a busca de uma saída inspirada no socialismo, mas de identificar de pronto o que mais ameaça o povo brasileiro na atual etapa do modelo dominante, o que enfim precisa ser superado na direção de uma sociedade mais democrática, justa e igualitária.

Esgotamento

Não há a menor dúvida de que os governos do PT, de 2003 em diante, conseguiram promo-

ver avanços sociais significativos para as parcelas mais pobres e exploradas da população, seja com programas compensatórios como Bolsa-Família, ProUni, Minha Casa Minha Vida, seja com aumentos reais do salário mínimo – com a consequente redução da desigualdade durante anos seguidos. Isso, a despeito de ter continuado as políticas neoliberais adotadas nos governos anteriores do PSDB, com as privatizações de rodovias, aeroportos, portos e das reservas do pré-sal – além de carrear recursos públicos para os grupos privados da educação, da saúde e de inúmeros serviços públicos.

O reconhecimento do que foi feito não pode servir jamais para encobrir ou desviar a nossa atenção sobre a situação atual, sobre o que aconteceu nos últimos anos do governo Dilma, sobre a realidade econômica do país e a condição política do arco de alianças constituído depois de 2002. O que importa agora é ter claro porque o quadro econômico alterou a situação que permitiu – e não permite mais – que se tenham avanços sociais; porque o quadro político alterou a correlação de forças na sociedade de tal maneira que o antigo arco de alianças não é mais capaz de promover novos avanços.

A aliança que o PT construiu com setores da burguesia (partidos de centro e de direita), que possibilitou avanços sociais durante vários anos (ampliação do bolsa-família, aumento real do salário mínimo, prouni), chegou ao seu limite de conquistas, está patinando nos últimos dois a três anos, demonstra sinais claros de esgotamento, de tal maneira que não dispõe de energia suficiente nem para avançar mais e nem para segurar as conquistas e impedir o retrocesso.

Não consegue avançar. A

prova real dessa impotência é que não consegue levar adiante a reforma agrária, congelada durante todo o governo Dilma; não consegue mobilizar para a reforma política, nem com proposta de constituinte exclusiva; não consegue concretizar novos aumentos reais do salário mínimo, com PIB perto de zero; não consegue acabar com o fator previdenciário, antiga reivindicação de trabalhadores e aposentados; não consegue levar adiante as apurações da Comissão da Verdade, nem nos quartéis nem no Judiciário; não consegue promover a democratização da comunicação social, apesar da danosa manipulação dos oligopólios privados; não consegue concluir a regulamentação do FGTS para os empregados domésticos; não consegue baixar os juros dos bancos e do comércio, com a Selic em 11% ao ano. Enfim, está com toda a agenda do desenvolvimento progressista empacada, patinando – e sem qualquer possibilidade de ser concretizada no próximo quadriênio.

Não segura o retrocesso. A prova disso é o descontrole geral dos preços, com câmbio artificial para favorecer importações de bens de consumo e juros altos para agradar os rentistas, o que provoca aumento da inflação acima da meta pré-fixada; a estagnação industrial sinaliza para o aumento do desemprego formal em especial nos setores vitaminados com desonerações de impostos e linhas especiais de crédito; a curva da desigualdade, que vinha decrescendo, estancou de novo e pode provocar novo distanciamento entre ricos e pobres; o governo não consegue atrair investimentos nos setores produtivos por absoluta instabilidade

continua na próxima página

continuação da página anterior

interna; a dívida pública cresce e o governo usa artifícios de manipulação contábil para esconder o aumento do déficit público; tudo indica que após as eleições ou no próximo governo haverá um forte ajuste fiscal para conter o rombo no orçamento, e serão necessários reajustes nos preços dos combustíveis, energia elétrica e do câmbio, com desdobramentos em cadeia no custo de vida. Os trabalhadores e os segmentos populares é que vão pagar, mais uma vez, com arrocho salarial e desemprego.

Perspectiva

É evidente que o avanço na direção de novas conquistas sociais e da melhoria geral de condições de vida do povo depende agora de outra e nova articulação de forças políticas. De forças que combinem a ação institucional com as mobilizações populares e dos trabalhadores para exigir

avanços sociais. É preciso recuperar a energia das mobilizações e dos protestos de 2013, por mudanças, num movimento de transformações sociais. Será preciso arrancar tais conquistas do bloco de poder. Só mesmo com uma ampla articulação à esquerda, decidida a fazer o enfrentamento aos grupos dominantes do capital será possível romper com o status atual do grande pacto conservador, fortalecido ainda mais no primeiro turno das eleições de 2014.

A nova articulação precisa contar com a unificação de forças no campo da esquerda, inclusive com as correntes petistas que não se renderam ao neoliberalismo, numa frente que dialogue, atraia e reúna os movimentos sociais populares (sem terra, sem teto, negros, índios, mulheres, LGBT), sindicatos de trabalhadores, movimento estudantil, intelectualidade e academia, profissionais liberais progressistas, defensores dos direitos humanos e os setores democráticos mais avançados.

A eventual vitória da Dilma deixará os setores progressistas e de esquerda do PT mais uma vez a reboque das alianças conservadoras e da direita, numa situação econômica que não permite mais avanços sociais sem o devido enfrentamento com o capital. Os setores de esquerda do PT tendem a ser cada vez mais espectadores de um processo de degradação acelerada das conquistas sociais dos anos anteriores. Não dá para ser passageiro no ônibus das alianças conservadoras, é preciso ser protagonista no bloco das oposições populares revolucionárias e de esquerda.

A eventual vitória de Aécio vai provocar uma corrida fisiológica dos aliados do PT para o campo governista, serão abrigados dentro do pacto conservador para manter o modelo funcionado: no campo político e comportamental, com Congresso Nacional conservador e Judiciário das classes dominantes; no campo econômico, juros altos para os rentistas, dinheiro público subsidiado para grandes

grupos empresariais e câmbio favorável às importações para o consumo de baixa renda. E para os descontentes em geral, mais criminalização e mais repressão policial.

O voto em Dilma ou em Aécio não muda essa conjuntura. Ambos disputam o voto popular com promessas de toda ordem porque o voto popular decide a eleição; mas ambos se empenham realmente em fazer concessões, cada vez maiores, aos grupos do poder, aos capitais nacional e estrangeiro. É com esses grupos que vão governar. Ao povo, aos trabalhadores, aos democratas progressistas, aos movimentos sociais e aos militantes das esquerdas compete dar o primeiro passo na construção de uma ampla frente popular de oposição e de esquerda, que seja anticapitalista e aponte na direção do socialismo. Vote na retomada das lutas sociais após 26 de outubro.

Hamilton Octavio de Souza é jornalista e professor.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Campanha de apoio à Casa dos Meninos

Empenhada no desenvolvimento de práticas coletivas para a transformação da comunidade, principalmente com ações relacionadas às crianças e adolescentes, a organização social Casa dos Meninos tem uma longa e reconhecida trajetória de atuação na região do Jardim São Luís, na zona sul de São Paulo.

Fundada em 1962, reorganizada em 1999, já foi Ponto de Cultura em 2004, desenvolveu inúmeros projetos e desde 2010 tem parcerias com a rede escolar da região e atua na formação da juventude, inclusive com o uso de tecnologias de informação e comunicação (equipamentos

de vídeo e de transmissão ao vivo pela internet) para a realização de noticiários, telejornais, gravação de aulas, conferências e debates, além de outras atividades de reportagem e edição de jornais escolares.

De acordo com a presidente da Casa dos Meninos, Daiane Araújo, é também central para nós cultivar nos adolescentes e jovens o sentimento de pertencimento, que é a importância de se valorizar, cuidar e melhorar tudo o que é nosso: nossa casa, nossa rua, nossa escola, nosso bairro e nossa cidade, bem como incentivar a multiplicação do conhecimento refletida no mote "Quem hoje aprende, ama-

nhã ensina".

A Casa dos Meninos tem contribuído bastante com a APROPUC, nos últimos anos, especialmente na gravação e transmissão ao vivo pela internet de várias atividades realizadas na sede da entidade e nos auditórios da PUC-SP, entre os quais os debates sobre a "Comuna de Paris", "Luta do Povo da Palestina", "A Esquerda e as Eleições", além de colaborar também, de forma militante, com a cobertura de palestras de José Paulo Netto, Michael Löwy, do programa de pós do Serviço Social, e com o encontro de pesquisadores da ABEPSS.

Nesse momento, a

Casa dos Meninos está precisando com urgência de ajuda financeira para manter suas atividades com dezenas de jovens integrados nos seus projetos.

Por isso, a entidade coloca à disposição suas equipes para a prestação de serviços de comunicação e pede contribuições financeiras de qualquer quantia na seguinte conta bancária: Instituto Pedro Macambira - CNPJ: 18.929.394/0001-22 - Banco do Brasil - Agência: 3063-5 - Conta Corrente: 39660-5. Para outras informações sobre a entidade acesse www.casadosmeninos.org.br ou ligue (11) 96616-5977.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Professora é perseguida por prefeito em Taboão da Serra

A professora Sandra Fortes, uma das principais dirigentes das lutas do funcionalismo público de Taboão da Serra e membro da Executiva da Subsele da Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) Taboão e da diretoria da Apraspects (Associação dos Trabalhadores da Prefeitura, Autarquias e Câmara de Taboão da Serra), está sendo perseguida politicamente pelo prefeito da cidade, Fernando Fernandes (PSDB).

Em junho de 2013 o funcionalismo municipal ficou 20 dias paralisado reivindicando o cumprimento da data base, reajuste salarial e direitos trabalhistas ignorados há anos. Como consequência, diversos trabalhadores foram politicamente perseguidos e contra a professora foi aberto um processo administrativo.

A APROPUC redigiu uma moção de apoio, que segue abaixo na íntegra:

MOÇÃO EM DEFESA DA PROFESSORA SANDRA FORTES, LIDERANÇA DO FUNCIONARISMO PÚBLICO DE TABOÃO DA SERRA

Exigimos do prefeito de Taboão da Serra, Sr. Fernando Fernandes, a retirada do processo administrativo contra a professora Sandra Fortes, dirigente da Apeoesp Subsele Taboão e da Atraspects, por entendermos que se trata de uma perseguição política à companheira e uma retaliação aos funcionários públicos municipais que realizaram

20 dias de greve por melhores salários e condições de trabalho.

Em defesa do Direito de Greve e de livre manifestação!

Pela abertura de ne-

gociações com o funcionalismo e atendimento de suas justas reivindicações!

APROPUC - Associação dos Professores da PUC-SP



A professora Bia Abramides faz a sua manifestação durante o pré-ENPESS

PUC-SP sedia pré-encontro nacional de Serviço Social

O Pré-Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (PRÉ-ENPESS) aconteceu na PUC-SP no último sábado (11/10), com o apoio do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social e do Curso de Graduação em Serviço Social.

A temática abordada foi "Lutas Sociais e produção do conhecimento: desafios para o Serviço Social no contexto da crise do capital", com a participação de Maria Beatriz Costa Abramides, professora de Serviço Social da PUC-SP; Valquimar Reis, da Escola Florestan Fernandes e Danilo Heitor Vilarinho Cajazeira e Michele Dias da Silva, do Comitê Popular da Copa.

O ENPESS acontecerá na UFRN (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), de 30/11 a 4/12.

CRESS

O 43º encontro nacional do CFESS-CRESS aconteceu entre os dias 18 e 21 de setembro em Brasília, no Distrito Federal. A delegação de São Paulo contou com 31 participantes, sendo 26 delegados, 1 representante da ABEPSS, 1 representante da ENESSO e 3 convidados funcionários do CRESS/SP. Entre as deliberações finais do encontro, estão a luta pela legalização do aborto, legalização das drogas, contra a criminalização, contra o ensino à distância, contra o mestrado profissionalizante.

Ocupação Esperança está sem água há mais de dez dias

A Ocupação Esperança, localizada no bairro Santa Fé, no município de Osasco (SP) completou na quarta-feira (15/10) dez dias sem água. A crise da falta de água no estado afeta gravemente as periferias da grande São Paulo.

O Movimento Luta Popular divulgou uma nota se posicionando contra a situação. Segue um trecho: "Enquanto o governo PSDBista diz que não há necessidade de racionamento e que não vai faltar água para a população, na quebrada a torneira já fica sem pingar uma gota. Fica difícil de lavar roupa, tomar banho, fazer comida... Na ocupação estamos tendo que ir buscar água de balde e galão nos bairros vizinhos quando alguém avisa que tá tendo água. Mas no Jd. Aliança, Munhoz Jr., Helena Maria, Santa Fé, a água também está faltando há dias. Quem é pobre tem que se virar como pode e acaba sofrendo mais com esse problema.

Mas falta de água é seletiva, e a culpa não é de São Pedro. Enquanto nas favelas existe um corte de abastecimento, a grande maioria bairros nobres e das empresas estão com o abastecimento normal". A nota pode ser lida na íntegra em <https://www.facebook.com/video.php?v=281711812022651&set=vb.226163017577531&type=2&theater>.

REINTEGRAÇÃO

Na manhã da última quinta-feira (16/10) a Polícia Militar acompanhou a reintegração de posse de um edifício localizado na Avenida São João, no centro de São Paulo. A ação foi pacífica e os moradores deixaram o local sem resistir. Cerca de 200 integrantes da Frente da Luta por Moradia ocupavam o prédio desde junho deste ano.

ROLA NA RAMPA

Semana do professor

"A data é um convite para que todos, pais, alunos, sociedade, repensemos nossos papéis e nossas atitudes, pois com elas demonstramos nosso compromisso com a educação que queremos. Aos professores, fica o convite para que não descuidem de sua missão de educar, nem desanimem diante dos desafios, nem deixem de educar as pessoas para serem 'águias' e não apenas 'galinhas'. pois, se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tam-

pouco, a sociedade muda.

Se nossa opção é progressiva, se estamos a favor da vida e não da morte, da equidade e não da injustiça, do direito e não do arbítrio, da convivência com o diferente e não de sua negação, não temos outro caminho senão viver a nossa opção. Encarná-la, diminuindo, assim, a distância entre o que dizemos e o que fazemos." (Paulo Freire)

Saudações a todos os professores!

APROPUC

SINPRO-SP realiza eleição para diretoria

O Sindicato dos Professores de São Paulo (Sinpro-SP) realiza eleições para sua próxima gestão nos dias 20, 21 e 22/10 de 2014. O edital do processo eleitoral pode ser consultado no seguinte link: http://www.sinprosp.org.br/arquivos/sinpro/edital_eleicao2014.pdf. Só não terão direito de participar do processo eleitoral, os professores que se associaram ao Sindicato depois de 22

de abril de 2014. A eleição terá cerca de 150 urnas itinerantes, que irão percorrer 1.200 instituições de ensino, em todas as partes da cidade durante os três dias, além da urna instalada na sede do Sindicato. Uma urna estará disponível na entrada do Prédio Velho e outra no Prédio Novo próximo à entrada da Prainha. O associado que votar receberá uma agenda do sindicato para 2015.

Campanhas arrecadam brinquedos e alimentos

Até o dia 31/10, acontece a arrecadação de brinquedos na PUC-SP. Novos ou usados, os brinquedos serão doados para crianças da ONG Lua Nova, localizada em Sorocaba (www.luanova.org.br). A iniciativa é do PUCalhaços, grupo voluntário formado por alunos dos cursos de Enfermagem e Medicina da PUC-SP. Os brinquedos podem ser entregados em qualquer campus da universidade - no campus Monte Alegre, na ACI (sala 34); no campus Ipiranga, na

SAE; no campus Barueri, na Secretaria; no Consolação, no Expediente da Direção (Prédio 2); no campus Santana, na Portaria Principal; e no campus Sorocaba, na Biblioteca, Audio Visual e Direção. Também são arrecadações para as vítimas do incêndio na Favela do Piolho continuam na APROPUC: doações de alimentos não perecíveis, brinquedos, lençóis, travessouros, chinelos, tênis e roupas como camisetas, shorts e calças, além de panelas, pratos e talheres.

Livro sobre o capital financeiro é lançado na PUC-SP

O livro "A internacional do capital financeiro", organizado por Joaquim Ernesto Palhares, será lançado na PUC-SP no dia 21/10. A partir das 19h30, no auditório 333, os professores Ladislau Dowbor e Rodrigo Alves Teixeira, da PUC-SP, debaterão os textos presentes no livro e a conjuntura econômica atual. A co-

ordenação do debate fica com o professor Rubens Sawaya, do departamento de Economia da PUC-SP. O evento é organizado pela Carta Maior, pela Fundação Perseu Abramo e pela Fundação Friedrich Ebert Stiftung. Entre os autores do livro, estão José Luis Fiori, Rosa Maria Marques, Tarso Genro e Luiz Gonzaga Belluzzo.

XIV Semana de Ciências Sociais acontece na PUC-SP

Entre os dias 20 e 24/10 acontece a XIV Semana de Ciências Sociais da PUC-SP - desta vez com o tema "Para além das eleições". Organizada pela faculda-

de de Ciências Sociais, a semana conta com a presença de professores da PUC-SP, Mackenzie, FGV e outros. Confira abaixo a programação completa:

Segunda - 20/10

9h - Cotidiano de crianças pequenas nos cortiços e bairros periféricos da cidade de São Paulo (sala 100A)
Silvana Tótora (PUC-SP), Hermílio Santos (PUC-RS), Natasha Bachini (FMU)

20h - Ecopolítica: novas institucionalizações e os trânsitos eleitorais (100)

Edson Passetti (PUC-SP), Salette Oliveira (PUC-SP), Acácio Augusto (PUC-SP), Beatriz Carneiro (PUC-SP)

Terça 21/10

9h - Política e Religião (100A)

Eliane Gouvea (PUC-SP), Teresinha Bernardo (PUC-SP), Bruna Suruagy (Mackenzie), Patrícia Araújo (PUC-SP), Felipe Cuyabano (PUC-SP)

14h30 - Sessão coordenada de iniciação científica e TCC (sala 508)

20h - Conferência: da politização da arte à estetização da sociologia (100)
Miguel Chaia

Quarta 22/10

9h - Eleições e democracia (100A)

Rosemary Segurado (PUC-SP), Edson Nunes (PUC-SP), Vera Chaia (PUC-SP)

20h - Ocupações (100) e homenagem a Maurício Tragtenberg

Rita de Cássia (PUC-SP), Matilde Melo (PUC-SP), Eugênio Lima (Bartolomeu de Depoimentos), Movimento Comboio e Movimento Moinho Vivo

Quinta - 23/10

9h - Da universidade que temos à universidade que queremos (100A)

Dulce Baptista (PUC-SP), ANtonio Chizzotti (PUC-SP), Heloisa Martins (USP), Marisa Borin (PUC-SP)

20h - 50 anos do golpe (100)

Lúcio Flávio (PUC-SP), Francisco Fonseca (PUC-SP/FGV), Vanderley Nery (PUC-SP)

Sexta - 24/10

9h - O grande ausente nas eleições: o meio ambiente (100A)

Marijane Lisboa (PUC-SP), Liszt Vieira (Greenpeace), Fernanda Giannasi (Ambientalista)

20h - Intolerâncias (100)

Carina Rocha (PUC-SP), Gil Santos (LGBT), Carla Garcia (PUC-SP), José Paulo (PUC-SP)